

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS JATAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO PARA CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

MARA SANDRA DE ALMEIDA

PROJETO DE CAPACITAÇÃO PARA EDUCADORES
Minicurso: Repensando a educação rural a partir do meio rural.

JATAÍ
2014

MARA SANDRA DE ALMEIDA

PROJETO DE CAPACITAÇÃO PARA EDUCADORES

Minicurso: Repensando a educação rural a partir do meio rural.

Produto Final, vinculado à dissertação de mestrado “Escolas rurais e trabalho docente: a atuação em ciências e em matemática” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Jataí, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação para Ciências e Matemática.

Área de concentração: Ensino de Ciências e Matemática

Linha de pesquisa: Organização escolar, formação docente e educação para ciências e para matemática

Sublinha de pesquisa: Políticas e gestão da educação e da sala de aula

Orientadora: Profa. Dra. Luciene Lima de Assis Pires

JATAÍ

2014

PROJETO DE CAPACITAÇÃO PARA EDUCADORES

Minicurso: Repensando a educação rural a partir do meio rural.

1. Apresentação

Historicamente, as políticas públicas voltadas para a educação, no Brasil, não priorizaram as necessidades da população, buscando sempre adequar-se às necessidades do mercado. Assim, com base na ideia de que o trabalhador rural não precisa adquirir amplamente os conhecimentos socializados pela escola, para realizar as suas atividades produtivas, o poder público foi omissivo em relação à educação rural. A primeira iniciativa brasileira em relação à educação rural se deu na década de 1920, quando se iniciou o modelo do patronato, que se constituiu uma forma de domesticar os trabalhadores rurais e manter o controle sociopolítico.

Um intenso movimento migratório campo-cidade marcou este período, suscitando o debate sobre a importância da educação tanto para conter o movimento migratório quanto para elevar a produtividade no campo. Assim, associou-se a educação ao trabalho tratando-o como instrumento de purificação e disciplina. Essa concepção de educação como instrumento de contenção do êxodo rural acompanhou a educação rural brasileira ao longo de toda a sua história.

A Constituição Federal de 1988 motivou uma movimentação social em torno da garantia de direitos sociais e políticos, possibilitando o debate e a luta por uma educação adequada à população rural. Educação esta institucionalizada pela LDB 9394/1996, que em seu artigo 28 prevê as adequações necessárias à oferta de educação básica à população rural.

Os movimentos por uma educação voltada para os interesses da população residente no meio rural realizaram debates e estudos, como as conferências sobre a educação do campo, por exemplo, pressionando o poder público a assumir sua responsabilidade, garantindo escolas, profissionais, recursos, bem como implementando políticas de educação específicas para a educação do campo. Como resultado dessa movimentação, aprovaram-se as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2001, e as Diretrizes Complementares para o Desenvolvimento da Educação Básica do Campo, em 2008.

Em pesquisa realizada em quatro escolas rurais do Município de Jataí, constatou-se que o debate que envolve a educação rural ainda não chegou a essas escolas. Realizou-se a

pesquisa com professores da área de ciências e de matemática do Ensino Médio, cuja oferta se dá nessas escolas por meio de uma parceria entre a Secretaria Estadual de Educação (SEE) e a Secretaria Municipal de Educação (SME), tratada como gestão compartilhada. Nessa parceria, o Estado assume a responsabilidade pela oferta da segunda fase do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em escolas rurais, que são municipais, e compartilham seu espaço com alunos, servidores docentes e servidores administrativos. As escolas municipais rurais possuem uma direção, no entanto, a gestão da segunda fase do ensino fundamental e do ensino médio fica sob a responsabilidade de um colégio estadual cidadão, denominado colégio gestor.

O ensino fundamental e o ensino médio ofertados pelo Estado nas escolas rurais constituem-se extensões dos colégios cidadãos. Cada extensão possui um coordenador pedagógico. Nesse sentido, a pesquisa envolveu também os diretores municipais das escolas rurais, os diretores estaduais dos colégios gestores e os coordenadores pedagógicos das extensões.

Diante da constatação de que o debate sobre a educação rural bem como a legislação que a regulamenta não chegaram aos sujeitos da pesquisa, propõe-se a realização de um minicurso a fim de levar o debate até as escolas e promover um trabalho de orientação com os sujeitos pesquisados, no desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre o meio rural com os alunos.

Esta proposta será apresentada à SREJ e à SME, para apreciação, autorização e estabelecimento de parceria que possibilite o seu desenvolvimento no primeiro semestre de 2015. Ao estabelecer a parceria, definir-se-á o melhor lugar para a realização dos três momentos em que se dividirá o curso. À SREJ e à SME caberá a disponibilização de tempo para os servidores participarem do curso. A fim de garantir a participação dos mesmos, propõe-se que a parte teórica seja realizada durante a semana de planejamento.

2. Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Reconhecer a importância da oferta de uma educação rural voltada para os interesses e especificidades do meio rural.

2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Verificar como se deu a oferta de educação no meio rural ao longo da história brasileira, identificando os avanços ocorridos a partir da década de 1990;
- ✓ Identificar os dois paradigmas presentes na oferta de educação no meio rural;
- ✓ Reconhecer que a democratização da gestão escolar só se dá mediante a participação de todos nos processos de tomada de decisão, tomando como ponto de partida a construção de um Projeto Político Pedagógico coletivo;
- ✓ Reconhecer a parte diversificada do currículo como um espaço potencialmente favorável ao desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao meio rural e, conseqüentemente, como instrumento para levar a realidade do aluno para a escola;

3. Público Alvo

Professores da área de ciências e de matemática do ensino médio e coordenadores pedagógicos das extensões que funcionam nas escolas rurais municipais: Professor Chiquinho, Boa Vista, Maria Zaiden e Campos Elísios, diretores municipais dessas escolas e diretores dos colégios estaduais: Serafim de Carvalho e Alcântara de Carvalho.

4. Justificativa

A educação rural brasileira recebeu pouca importância por parte das lideranças políticas, ao longo de sua história. A partir de meados da década de 1980, a sociedade civil mobilizou-se, incluindo a educação rural na pauta de discussões da redemocratização do país. Pensada a partir de uma lógica urbanocêntrica, cuja finalidade girava em torno da contenção do êxodo rural e da melhoria da produção, a educação rural ganha espaço nesses debates e, conseqüentemente, na LDB 9394/1996, gestada nesse momento de abertura política.

A partir desse processo de conscientização e luta, realizou-se em 1998 a I Conferência por uma Educação Básica do Campo bem como aprovaram-se diretrizes para a oferta de educação no meio rural. No entanto, o debate e as políticas públicas pensadas para a educação rural não chegaram às escolas rurais pesquisadas. Nesse sentido, propõe-se a realização de um minicurso a fim de possibilitar aos educadores envolvidos a oportunidade de conhecer o que se tem pensado sobre a educação rural e a legislação que a regulamenta, bem como refletir sobre a educação ofertada nas escolas.

Acredita-se que esse minicurso possa contribuir com o processo educacional desenvolvido nessas escolas à medida que oferecer aos educadores subsídios para, juntamente com a comunidade escolar, reivindicar melhores condições para o desenvolvimento da educação nestas escolas.

Segundo Kuenzer (2002), a realização de seminários com vistas a desenvolver a capacitação de professores não tem produzido mudanças significativas nas práticas escolares, sendo que, ao término dos ciclos de treinamentos, os professores retornam às escolas e às velhas práticas. “O que se verifica é uma intransponível resistência à quebra de uma inércia típica da acomodação a um modelo que vai se reproduzindo ao longo do tempo, sem significativas mudanças, nem para o bem, nem para o mal” (p. 301).

A compreensão de que o trabalhador se educa no e a partir do trabalho, fundamentando-se na formação teórica adquirida nos cursos de formação inicial e continuada, não foi transposta para a formação dos trabalhadores da educação, segundo a autora. Para ela, é no trabalho, através das relações estabelecidas a partir dele, e por meio da articulação entre conhecimento e intervenção, que se constroem as competências profissionais.

Diante disso, ao pensar o minicurso “Repensando a educação rural a partir do meio rural”, optou-se por um momento teórico, que possibilitasse aos educadores uma reflexão sobre a educação rural, sua base legal e a gestão escolar democrática fundamental no estabelecimento de uma educação voltada para os interesses da comunidade rural, e um momento de prática, em que os professores juntamente com seus alunos do meio rural desenvolveriam um projeto de pesquisa relacionando a realidade rural com conteúdos da área de ciências e de matemática.

5. Conteúdos

- ✓ História da educação rural brasileira;
- ✓ Educação Rural X Educação do Campo;
- ✓ Base legal (federal e estadual) da educação rural;
- ✓ Gestão escolar democrática e PPP;
- ✓ A pesquisa como metodologia no ensino de Ciências e de Matemática.

6. Metodologia

6.1 Teoria – 30 horas

Realização de uma semana de minicurso com exposição, roda de conversa e debate sobre os conteúdos propostos.

CRONOGRAMA DO MINICURSO

CONTEÚDO	HORAS	SEG	TER	QUA	QUI	SEX
História da educação rural brasileira	6	X				
Educação Rural X Educação do Campo	6		X			
Base legal (federal e estadual) da educação rural	6			X		
Gestão escolar democrática e PPP	6				X	
A pesquisa como metodologia no ensino de Ciências e de Matemática	6					X

6.2 Prática

Orientação aos professores no desenvolvimento de projetos pesquisas (interdisciplinares) com os alunos do campo, envolvendo a realidade dos alunos (o meio rural), relacionando-a a temas da área de ciências e de matemática.

CRONOGRAMA DA PRÁTICA

CONTEÚDO	HORAS	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Orientação e Acompanhamento	20	5	5	5	5	
Apresentação dos resultados	10					10

7. Recursos Humanos

Professores e servidores de Instituto Federal de Educação de Goiás – Campus Jataí.

8. Avaliação e Certificação

A avaliação realizar-se-á de forma contínua, no decorrer do minicurso e durante o desenvolvimento dos projetos de pesquisa, por meio de reflexão com a participação dos sujeitos envolvidos. Os resultados finais das pesquisas realizadas também servirão como objeto de análise e avaliação do minicurso.

O IFG – Câmpus Jataí, por meio da GEPEX, certificará os participantes que obtiverem 80% de frequência e apresentarem o resultado final da pesquisa.

9. Cronograma

ATIVIDADES	CH	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Minicurso	30	X					
Orientação e desenvolvimento dos projetos de Pesquisa	20		X	X	X	X	
Apresentação dos resultados	10						X

10. Referencial Teórico.

ARROYO, Miguel Gonzales. A educação básica e o movimento social do campo. In.: ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org). **Por uma educação do campo**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 65-86.

ARROYO, Miguel Gonzales ; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Apresentação. In.: ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org). **Por uma educação do campo**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 7-18.

ARRUDA, Élcia Esnarriaga. e BRITO, Sílvia Helena Andrade. Análise de uma proposta específica para o campo. In ALVES, Gilberto Luiz (org). **Educação no campo**: recortes no tempo e no espaço. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 23-62 (Col. Educação Contemporânea).

BEZERRA NETO, Luiz. A educação rural no contexto das lutas do MST. In.: ALVES, Gilberto Luiz (Org). **Educação no campo**: recortes no tempo e no espaço. Campinas: Autores Associados, 2009 (Col. Educação Contemporânea). p. 1-22.

BRANDÃO, Carlos Henrique. **O trabalho de saber**: cultura camponesa e escola rural. São Paulo: FTD, 1990. (Coleção Aprender e Ensinar).

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Brasília, DF, 1827. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm>. Acesso em 23 de out. de 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez.1996.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm>. Acesso em 18 de out. de 2014.

BRASIL, CNE/CBE. Resolução n. 2 de 2010. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. BRASIL, MEC: CADERNOS SECAD 2 – Educação do campo: diferenças mudando paradigmas. Brasília: MEC, SECAD – mar. 2007

BRASIL, MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, 2013.

BRASIL, Parecer Nº 36/2001 – Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília: MEC, CNE/CEB – dez. 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>. Acesso em 20 de abr. de 2014.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In.: ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org). **Por uma educação do campo**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 147-158.

CALDART, Roseli S. Primeira conferência nacional “Por Uma Educação do Campo” (texto preparatório. In.: ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org). **Por uma educação do campo**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 19-63.

CARVALHO, Roberto Francisco de. **Gestão escolar autônoma e compartilhada: gerencialismo ou democratização?**. Goiânia: Editora UFG, 2009.

FALSARELLA, Ana Maria. Escola, qual é o seu projeto?. **Presença Pedagógica**, v. 19, n.110, mar./abr. 2013. p. 19- 26.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Diretrizes de uma caminhada. In.: ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org). **Por uma educação do campo**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 133-145.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão democrática da educação para uma formação humana. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, fev./jun. 2000. p. 167-177.

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KUENZER, Acácia Zeneida. A escola desnuda: reflexões sobre a possibilidade de construir o ensino médio para os que vivem do trabalho. In.: ZIBAS, Dagmar M.L. **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília: Plano Editora, 2002. p. 299-330.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

OLIVEIRA, Breno Louzada Castro de. Educação nas ruralidades jataienses. In.: PESSOA, Jadir de Moraes . **Educação e ruralidades.** Goiânia: UFG, 2007. p. 29-65.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 3 ed. São Paulo: Ática, 2003.

PESSOA, Jadir de Moraes. Extensões do rural e educação. In.: PESSOA, Jadir de Moraes (Org). **Educação e ruralidades:** Goiânia: Editora UFG, 2007. p.13-28.

SOUZA, Elizeu Clementino de. A caminho da roça: olhares, implicações e partilhas. In.: SOUZA, Elizeu Clementino de (Org). **Educação e ruralidades:** memórias e narrativas (auto)biográficas. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 17-28.

TOSCHI, Mirza Seabra . A nova LDB e o projeto político-pedagógico. **Educação em Revista,** Goiânia, v. IV, nº 4, 1998, p. 12-18.

STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil:** O debate na esquerda – 1960-1980. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfj60AB/a-questao-agraria-no-brasil>>. Acesso em 25 de ago. de 2014.